



Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI)

Revisão aprovada pela Resolução CONSUP Nº 09, de 15 de setembro de 2025.

PORTO ALEGRE(RS), 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. PRINCÍPIOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE BRASILEIRA DE INOVAÇÃO

4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

5. PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

6. PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

7. SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

8. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

9. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

9.1 Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da autoavaliação

10. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PROPOSTO

11. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RESULTADOS

11.1 Plano de Ação (PA) após os resultados da avaliação institucional

11.2. Elaboração do Relatório de Autoavaliação

12. CONCLUSÃO

ANEXO

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Brasileira de Inovação - FABIN está implementando o projeto de autoavaliação institucional, com a finalidade de constituir um importante instrumento de gestão e de consolidar a cultura da avaliação de maneira participativa pela comunidade acadêmica. Isto evidencia uma postura de maturidade institucional, apoiada na experiência de anos desenvolvendo processos internos de avaliação.

A característica marcante deste projeto é que a autoavaliação será realizada sistematicamente por todos os cursos e pelos principais setores administrativos, em especial àqueles que envolvem o contato com o aluno. Na prática, a atribuição de realizar com eficácia a avaliação institucional será uma responsabilidade compartilhada pelos órgãos integrantes da estrutura da Faculdade. Por isto, é implementado como um instrumento de gestão, revestido de importância estratégica para todos os níveis da estrutura.

Almeja-se, portanto, que a autoavaliação na Faculdade crie a oportunidade para a Instituição estimular o comprometimento das pessoas com os desafios das metas institucionais e para desenvolver suas competências essenciais, que são fatores-chave de sucesso da IES para o desenvolvimento sustentável da região.

Para promover a gestão e para coordenar todas as atividades avaliativas, foi nomeada formalmente uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, cuja competência básica é implementar o processo de autoavaliação institucional conforme definido neste projeto.

É nesse entendimento que o Projeto de Autoavaliação Institucional da FABIN se renova, sendo ainda uma atividade essencial para avaliar o cumprimento da Missão e das políticas, diretrizes e objetivos estabelecidos pela Faculdade. Nesta perspectiva, a Faculdade assume a autoavaliação institucional como um processo que contribui para a consciência universitária.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Avaliação Institucional, deve ser entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da instituição.

O caráter dialógico do presente documento, passível de modificações, indica que a CPA se abre às observações, as críticas e as sugestões que levam ao autoconhecimento para que consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado da instituição.

Este projeto apresenta os procedimentos e a sistematização do Processo de Avaliação Institucional, portanto, é a referência da instituição nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), elaborado com base no Roteiro de Autoavaliação Institucional do INEP.

Coube à Comissão Própria de Avaliação da Instituição elaborar, detalhadamente, como se dará a avaliação das dez dimensões do Sinaes, apresentando a sistemática que vai desde a sensibilização até a divulgação dos resultados e dos planos de ação em decorrência de todo o processo.

Este Projeto de Autoavaliação Institucional da FABIN está devidamente alinhado com o planejamento e com o modelo de gestão da Instituição e estruturado de forma a produzir resultados úteis para redirecionar decisões, processos e ações com vistas à qualidade, à excelência na prestação de serviços, à expansão com sustentabilidade e à relevância social.

2. PRINCÍPIOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional abrange em suas atividades, estudos e análises de dados quantitativos e qualitativos, referentes ao desenvolvimento das funções e atividades da Faculdade, tanto na abrangência interna quanto externa. Realiza-se por meio de um processo sistemático e participativo, devendo auxiliar o processo decisório da Instituição na identificação de informações úteis à formulação de políticas, planos, ações e medidas institucionais que impliquem no cumprimento da missão com relevância social.

Em particular, a avaliação institucional é processo contínuo, destinado a estimular o aprimoramento da realização das funções essenciais da Faculdade, evitando que a rotina descaracterize objetivos e finalidades destas atividades. “Nenhum valor tem a avaliação mecanicista, centrada nos resultados e que trata estatisticamente importantes questões no funcionamento de uma IES, sem indicar nenhuma reflexão que as vinculam aos significados mais amplos dos processos educacionais” (AMBES 2003).

Avalia-se, portanto, para subsidiar o planejamento institucional, reconhecendo as potencialidades, diagnosticando as necessidades e indicando recomendações e medidas por um plano de melhorias, apontando ações a serem contempladas pela gestão institucional. Enfim, avalia-se também para corrigir rumos e para alcançar relevância no desenvolvimento de uma educação superior de excelência. Por isto, faz-se necessário um processo permanente de autoavaliação mediado por um padrão de qualidade.

O grande e atual desafio para as instituições de ensino superior é responder às necessidades da sociedade, que se ampliam no mundo globalizado. Deve-se atentar para o desenvolvimento acelerado da tecnologia de informação e serviços aliado ao desenvolvimento do ser humano. As Instituições se defrontam com o paradoxo atual: apresentar à sociedade a capacidade de acompanhar e responder às suas expectativas, sem, no entanto, abandonar a visão da formação humana.

O nascimento acelerado de funções e de novas profissões, ocorrido principalmente nos últimos 40 anos, mudou a face da sociedade e, conseqüentemente,

a oferta de estudos das IES transformou o quadro de possibilidades de formação pessoal e profissional.

Paralelamente ao desenvolvimento global da sociedade, cresceram as exigências quanto à qualidade nos serviços. As IES passaram a ser vistas não apenas como “celeiros” de produção de conhecimento, mas sim como empresas que devem responder à demanda exigida, nas mais variadas áreas de atuação do homem, que vão desde as de interesse tecnológico às de interesse humano. Os bens sociais passaram a ser, então, aqueles que se dedicam à formação dos indivíduos como seres que devam se preocupar com o bem-estar de toda a sociedade e mesmo do ambiente.

A avaliação sistematizada surge, na década de 1970, como um instrumento precioso nas empresas para que elas pudessem descortinar limitações e vislumbrar caminhos menos onerosos e mais rápidos para a solução de seus problemas. Essas avaliações, criadas muitas vezes em situações de extrema urgência e necessidade, transformaram-se em modelos que servem também hoje às IES, que deixam de avaliar apenas o fazer pedagógico para transformar a sua avaliação em um ato político-institucional.

A mais antiga e duradoura experiência brasileira de aspectos de avaliação de educação superior é a dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvida desde 1976 pela Capes. A partir da década de 1980, houve um desenvolvimento da avaliação nas IES com o surgimento de produção acadêmica nessa área. Na década de 1990, devido à criação acelerada de instituições de ensino superior, que se diversificaram quanto às suas ofertas de serviços e gestões, a avaliação institucional surgiu como instrumento de controle da qualidade de ensino e de produtos dentro das instituições, como uma maneira de essas instituições darem satisfação de seus serviços à

sociedade. As avaliações passam a ser também uma das formas utilizadas pelo próprio Ministério da Educação de estabelecer critérios para abertura de novos cursos e para verificar a qualidade dos já existentes.

Surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que, segundo o Sinaes, “[...] conseguiu dar legitimidade à cultura da avaliação

e promover mudanças visíveis na dinâmica universitária”. O Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado pelos discentes concluintes de cursos elencados pelo MEC, a Análise das Condições de Ensino (ACE), a Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a Avaliação Institucional dos Centros Universitários e o questionário sobre as condições socioeconômicas dos discentes e a sua opinião a respeito dos cursos que frequentavam foram alguns dos mecanismos de avaliação implementados pelo MEC da década de 1990 até o ano de 2003.

Para o controle desses processos, foram criadas várias comissões de avaliação por meio de um chamamento para cadastro no INEP e da participação efetiva da comunidade universitária, o que resultou em uma aceleração dos processos de credenciamento e de credenciamento de novos cursos e centros universitários.

Essas medidas de avaliação resultaram em um crescimento de oferta para entrada no ensino superior nunca vivido na história da educação nacional. A Avaliação Institucional passou a ser entendida como uma cartilha a ser seguida por todas (ou quase todas) IES a partir do atendimento aos itens definidos pelo MEC como os que deveriam ser levados em conta para a realização da avaliação.

Dessa forma, uma das respostas na avaliação do “por que avaliar?” ficou entendida pela comunidade acadêmica como “para dar satisfações ao MEC”, ou mesmo “para ser credenciado” ou “para ser credenciado”. Na verdade, a avaliação é um processo, e como tal não pode desprezar o “pensar”, o “sentir” e o “querer” da comunidade interna, manifestados tanto pela simples motivação do discente pela aula, quanto pelo desejo desse mesmo discente em participar de programas de bolsas ou mesmo de voluntariado nas ações acadêmicas surgidas ao longo da vida universitária.

Não pode também deixar de valorizar o empenho do docente pela própria educação continuada ou pelo interesse que mantém na cultura do ensino superior. Não pode, ainda, desprezar o entusiasmo do técnico-administrativo, que enriquece o fazer acadêmico com sua competência na resolução dos problemas do dia a dia. Além da “comunidade interna”, a vida acadêmica também deve valorizar a expectativa da sociedade em que se insere, da qual faz parte e com a qual troca conhecimentos.

No dia 15 de dezembro de 2003, pela Medida Provisória n. 147, o governo instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, que determinou a criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES. Em seu art. 13, § 1º, a MP 147 afirma que “as CPAs se responsabilizarão pela condução dos processos de avaliação internos das instituições, pela sistematização e pela prestação das informações solicitadas pela Conaes”, que é a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

A partir da criação do Sinaes, instituído pela Lei Federal n. 10.861/2004, tornou-se evidente que a avaliação institucional deve contribuir para um movimento contínuo de reflexão e aprendizado, possibilitando a construção de um projeto acadêmico ainda mais responsivo, com vistas a consolidar a responsabilidade social e o compromisso educacional da instituição.

A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, é um importante instrumento para a tomada de decisões na IES. A partir dela, pode-se contextualizar todas as dez dimensões avaliadas pelo Sinaes, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Para a Instituição, a autoavaliação permite a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que essa escuta seja realmente ativa, ou seja, que seus resultados gerem ações que possibilitem elevar o nível da qualidade da educação que é ofertada, dos serviços de suporte prestados e dos processos de gestão utilizados.

Nesse sentido, a avaliação institucional, por sua amplitude, exige o uso de múltiplas observações e instrumentos que tragam critérios coerentes e relevantes sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a avaliação institucional da IES busca auxiliar a IES em seu projeto institucional, evidenciando uma necessária e coletiva reflexão sobre quem é e aonde pretende chegar. Para tanto, foram adotados os objetivos a seguir.

3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE BRASILEIRA DE INOVAÇÃO (FABIN)

A FABIN possui uma história de relevância no desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da educação superior de qualidade. O ensino de qualidade tem sido proporcionado com o apoio de atividades sistemáticas de avaliação presente em todas as fases da história institucional, envolvendo alunos e professores, fato que tem contribuído para o fortalecimento da cultura de avaliação.

Perfil Institucional da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN)

A FABIN é uma Instituição particular de ensino superior, vinculada ao Sistema Federal de Ensino, que possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, na forma de seu Estatuto e da legislação pertinente. Tem sede e foro na cidade de Porto Alegre no do Rio Grande do Sul.

Trata-se de uma instituição comprometida com a oferta de educação superior de qualidade, atuando nos níveis de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu (especializações e MBAs), bem como em cursos de extensão e educação continuada. Seu propósito é fortalecer vínculos com a comunidade, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão a partir de metodologias inovadoras e alinhadas às demandas sociais e tecnológicas contemporâneas.

A instituição busca consolidar-se como referência em inovação educacional, oferecendo ambientes de aprendizagem dinâmicos, éticos e colaborativos, que favorecem a formação integral do estudante e sua inserção crítica e competente no mundo do trabalho.

A FABIN orienta suas ações institucionais por princípios de ética, cooperação e responsabilidade social, mantendo uma política educacional voltada à transformação social e ao desenvolvimento regional sustentável.

A instituição entende o ensino superior como instrumento de mudança, inovação e inclusão, e atua como agente de produção e disseminação do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento humano e com a construção de uma sociedade mais justa e tecnológica.

O nome “Faculdade Brasileira de Inovação” expressa o eixo central da sua identidade institucional: a busca por modelos de ensino criativos, baseados em tecnologia, interdisciplinaridade e metodologias ativas, que aproximam o aluno dos desafios reais da sociedade e do mercado de trabalho.

A FABIN tem como marca o empreendedorismo educacional e a experimentação constante, mantendo parcerias estratégicas com organizações públicas e privadas, além de incentivar projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica.

Breve Evolução Histórica da Instituição

A Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) tem suas origens ligadas à trajetória de consolidação do ensino superior privado no Rio Grande do Sul, marcada por um movimento de atualização metodológica e tecnológica na formação profissional.

A instituição foi credenciada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 3.923, de 18 de dezembro de 2003 (publicada no D.O.U. de 23/12/2003), inicialmente vinculada à mantenedora Monteiro Lobato, que já atuava na oferta de cursos superiores. Em 21 de junho de 2016, a Faculdade foi recredenciada pela Portaria MEC nº 549, demonstrando conformidade com as diretrizes e padrões de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Em sua trajetória recente, em julho de 2025, ocorre um marco decisivo na trajetória institucional: a aquisição da manutenção e a reorganização administrativa e acadêmica, que deram origem à atual Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN), sob a responsabilidade da E-FRONT Sistema Educacional Ltda.. Essa reestruturação representou mais do que uma simples mudança de gestão, se trata do início de um novo projeto educacional, ancorado na inovação pedagógica, na integração tecnológica e na ampliação do impacto social da instituição.

Desde então, a FABIN vem se consolidando como uma Instituição de Ensino Superior comprometida com a qualidade, a responsabilidade social e a inovação educacional, pautando-se por metodologias ativas de ensino, uso intensivo de tecnologias digitais e um modelo de governança colaborativo.

A nova fase da FABIN reafirma o compromisso com a formação de profissionais éticos, críticos e inovadores, capazes de atuar de forma competente e socialmente responsável nos diferentes contextos de suas áreas. No que tange à sua situação regulatória, a FABIN consta como ativa no sistema e-MEC do Ministério da Educação, com o código de IES 2198. Os cursos de graduação em Direito e Psicologia foram recentemente reconhecidos pelo MEC, além de incorporados novos cursos de pós-graduação Lato Sensu., fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação como pilares da formação acadêmica.

Atualmente sediada na Rua Uruguai, 277, 6º andar, Centro Histórico, Porto Alegre-RS, a FABIN almeja a projeção como uma referência nacional em inovação no ensino superior, investindo em infraestrutura moderna, parcerias estratégicas e na criação de um modelo educacional que favoreça o desenvolvimento humano e regional e que seja capaz de enfrentar os desafios que se apresentam em uma sociedade cada dia mais impactada pelas novas tecnologias.

4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável por planejar, desenvolver, coordenar e supervisionar a Política de Avaliação Institucional definida na legislação pertinente, bem como coordenar e articular o processo interno de avaliação institucional, sistematizando e disponibilizando ao Ministério da Educação - MEC as informações e os dados sobre a avaliação realizada e definindo ações a serem tomadas pela IES, conforme os resultados obtidos nas avaliações.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FABIN, será instalada com amparo do arcabouço legal baseado no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e legislação complementar, caracterizada como um órgão de natureza consultiva, normativa e deliberativa, **“suas principais atribuições estão relacionadas com a coordenação dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de atendimento às solicitações de informações requeridas pelo INEP”**.

A Comissão Própria de Avaliação fixou como Missão: “Gerir os processos de avaliação internos, contribuindo para o aprimoramento do processo acadêmico abrangendo as dimensões de ensino, pesquisa e extensão e dos procedimentos técnico-administrativo, garantindo, no papel dos processos avaliativos, a concatenação necessária com as comunidades interna e externa e com os mecanismos regulatórios do Estado”.

A CPA será constituída por membros representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, os quais são indicados e nomeados por portaria, pelo Diretor Geral da Instituição, por tempo indeterminado, a saber:

- I. Presidente, docente vinculado a um dos cursos da IES ou técnico-administrativo vinculado a IES;
- II. 1 (um) representante do corpo docente, vinculado a um dos cursos da IES;
- III. 1 (um) representante do corpo discente, vinculado a um dos cursos da IES;
- IV. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo; e
- V. 1 (um) representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Instituição.

O representante discente deverá estar regularmente matriculado e frequentando as aulas. O mesmo será indicado pelos seus pares ou ainda pela Direção Geral da Faculdade.

São atribuições da CPA:

- I. acompanhar o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II. construir/atualizar o Projeto de avaliação institucional;
- III. construir anualmente, o Relatório de Autoavaliação Institucional;
- IV. aprovar os procedimentos de avaliação indicados pelo SINAES;
- V. supervisionar a avaliação segundo as diretrizes de orientação do Ministério da Educação - MEC;
- VI. assegurar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromisso social, atividades, objetivos e finalidades e responsabilidades sociais dos cursos;
- VII. divulgar os resultados das avaliações;
- VIII. propor projetos, programas e ações que proporcionem a qualidade das atividades acadêmicas e a melhoria do processo avaliativo institucional;
- IX. sistematizar e socializar informações à comunidade acadêmica;
- X. formular proposta de melhoria do desenvolvimento da IES, com base nas análises produzidas no processo de autoavaliação, apresentando-a para a diretoria;
- XI. desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para a continuidade, aperfeiçoamento e modificação do Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade;
- XII. comparecer às reuniões convocadas por comissões de avaliações externas nas ocasiões de visita in loco, conforme disponibilidade;
- XIII. analisar e discutir os resultados das avaliações externas, de curso, institucional e dos estudantes, propondo ações preventivas e corretivas para a Direção;
- XIV. exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

Para garantir a efetividade do processo avaliativo e a participação da comunidade acadêmica, a CPA tem seu regulamento próprio.

5 PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Autoavaliação Institucional da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) está alinhado ao planejamento estratégico e ao modelo de gestão da instituição, estruturando-se como um instrumento de gestão e aperfeiçoamento contínuo. Seu propósito é gerar informações e análises que subsidiem decisões, processos e ações voltadas à qualidade acadêmica, à excelência na prestação de serviços, à expansão sustentável e à relevância social da IES.

5.1 Princípios da Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional é concebida como um processo reflexivo e sistemático, que compara o que foi planejado com o que está sendo realizado, fundamentando-se na credibilidade, ética e transparência. O Projeto de Autoavaliação da FABIN adota como princípios norteadores:

- Globalidade: avaliação integrada da instituição como um todo, abrangendo setores acadêmicos, administrativos, infraestrutura e recursos humanos.
- Legitimidade: reconhecimento institucional do processo avaliativo, com valorização dos resultados e de seu impacto nas decisões institucionais.
- Finalidade Institucional: compromisso com o ensino, a pesquisa, a extensão e o apoio à gestão, em consonância com a missão da FABIN.
- Comparabilidade: acompanhamento das séries históricas e relação entre o planejado e o executado, permitindo análise evolutiva e de coerência.
- Participação: garantia de participação voluntária, corresponsável e representativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica no processo avaliativo, desde a coleta de informações até a implementação das melhorias.

5.2 Objetivos da Autoavaliação Institucional

Objetivo Geral

Estabelecer um processo permanente e participativo de autoavaliação, idealizado pela comunidade acadêmica e coordenado pela Comissão Própria de

Avaliação (CPA), que assegure a qualidade acadêmica, a inovação e a coerência com a missão institucional.

Objetivos Específicos

- Atender às determinações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004;
- Observar e aplicar as normas legais e regulamentares referentes à avaliação institucional na educação superior;
- Compreender a autoavaliação e a autocrítica como instrumentos de crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- Promover a representatividade e a participação como condições de um processo avaliativo democrático e legitimado;
- Garantir a escuta ativa da comunidade acadêmica e a devolutiva dos resultados;
- Estimular o engajamento institucional e o compromisso com a melhoria contínua;
- Incentivar mecanismos de retorno social das ações acadêmicas, em consonância com as demandas científicas e sociais contemporâneas;
- Realizar meta-avaliações periódicas, assegurando a qualidade metodológica do processo;
- Divulgar amplamente os resultados e as ações decorrentes;
- Estabelecer e acompanhar planos de melhoria institucional com base nas evidências produzidas.

5.3 Regras e Critérios de Avaliação

O processo de autoavaliação institucional baseia-se em regras claras e critérios objetivos, que garantem uniformidade, legitimidade e eficácia nas análises qualitativas e quantitativas.

Regras:

- Planejar o processo de autoavaliação como instrumento de gestão e melhoria, tanto no âmbito institucional quanto nos cursos e setores;
- Reafirmar o papel da CPA como órgão responsável pela coordenação, integração e disseminação da cultura avaliativa;
- Implementar estratégias de sensibilização e formação da comunidade acadêmica antes da aplicação dos instrumentos;
- Assegurar ampla participação dos segmentos institucionais, estimulando a corresponsabilidade pelos resultados e ações;
- Socializar os resultados de forma transparente, promovendo a cultura da avaliação e do aprimoramento contínuo;
- Acompanhar sistematicamente a execução dos planos de melhoria, garantindo sua efetividade;
- Assegurar equiparidade de representação na composição da CPA, conforme seu regulamento próprio.

Critérios:

A análise avaliativa deve ser dialógica e integradora, articulando dados quantitativos e qualitativos para permitir uma leitura crítica e propositiva da realidade institucional.

Os critérios orientadores incluem:

- Clareza do Objeto Avaliado: definição precisa do objeto e de suas conexões com outros processos institucionais;
- Coerência Analítica: fundamentação crítica baseada na comparação entre o planejado e o realizado;
- Síntese Avaliativa: elaboração de relatórios que consolidem dados, análises e recomendações em Planos de Ação para Melhoria;
- Indicadores Quantitativos: utilização de escalas numéricas e índices de satisfação para mensuração objetiva;
- Indicadores Qualitativos: inclusão de questões abertas para livre expressão, ampliando a compreensão das percepções dos respondentes.

5.4 Resultados Esperados

Com a consolidação desse modelo, espera-se que o processo de autoavaliação institucional:

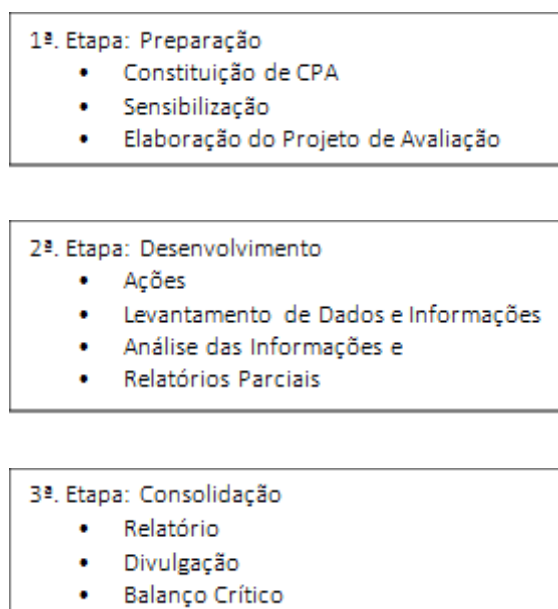
- Produza resultados consistentes e sustentáveis;
- Contribua para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços educacionais;
- Fortaleça a cultura de planejamento e gestão baseada em evidências;
- Amplie a qualidade acadêmica e a interação com o mercado e a sociedade;
- Garanta o cumprimento da missão institucional e o impacto positivo no desenvolvimento regional e social.

6. PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A proposta de uma nova sistemática de avaliação institucional é fruto do trabalho conjunto de profissionais da educação da IES que acreditam na avaliação enquanto processo, cujos resultados devem orientar ações de estímulo e fomento à melhoria da qualidade de ensino, bem como o fortalecimento do projeto pedagógico e o aperfeiçoamento do corpo docente e infraestrutura. Portanto, autoavaliação constitui-se em um dos momentos principais de avaliação da IES e é considerado o componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo e integra todos os demais componentes da avaliação institucional.

O processo de autoavaliação institucional da IES foi organizado em etapas logicamente ordenadas de acordo com as diretrizes do MEC, segundo o modelo de avaliação do SINAES, que contempla orientações para autoavaliação definidas pela CONAES:

Figura 1 - Etapas do processo de Autoavaliação



Fonte: CONAES / Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das IES.

Para dar forma à estratégia de execução proposta pelo CONAES, define-se uma sequência de oito etapas básicas a serem seguidas no processo de autoavaliação da Faculdade, conforme descrito a seguir.

O processo deverá começar no início de cada ano com atividades de planejamento interno da CPA, encerrando-se com o Relatório de Autoestudo, documento consolidador de todo o processo de autoavaliação do ano.

As etapas do processo de autoavaliação institucional da IES, por ordem, são:

- **1ª etapa – Planejamento:** envolve ações prévias ao lançamento dos questionários, como: atualização dos membros da Comissão (quando necessário); análises do Projeto de Autoavaliação (quando necessário); reuniões entre a equipe da Comissão para definição e comunicação de assuntos como: revisão/validação dos questionários, novas metodologias e tecnologias, datas de aplicação, dentre outros.
- **2ª etapa – Divulgação/Sensibilização:** comunicação de impacto para toda comunidade interna sobre as atividades da autoavaliação institucional planejadas para o ano. O objetivo desta etapa é despertar o interesse das pessoas para conseguir a adesão de todos a participarem efetivamente da avaliação, através do envolvimento de Coordenadores de Curso na divulgação junto às turmas, campanhas de marketing (meio impresso e meio eletrônico), entre outras ações.
- **3ª etapa - Pesquisa com a comunidade** discente, docente, coordenador e corpo técnico-administrativo: Aplicação dos Questionários: disponibilização dos questionários (validados) na forma eletrônica no Sistema de Autoatendimento (site da IES) pela equipe da TI, no período pré-definido.
- **4ª etapa – Coleta e Análise de Dados:** são os dados e informações coletados de forma quantitativa e qualitativa em período pré-definido. Os dados de cada curso são coletados automaticamente via Sistema por um técnico da CPA, transformados em Relatórios de Autoavaliação Institucional de forma gráfica de modo a facilitar a análise dos dados em relação à média institucional de cada indicador.
- **5ª etapa – Apresentação dos Resultados:** Os resultados, disponibilizados nos Relatórios de Autoavaliação de cada curso, oficializam os dados coletados e analisados, a serem posteriormente utilizados pelos gestores de cada curso na tomada de decisão. Em sua estrutura textual o relatório deve ser elaborado de forma a expor claramente os aspectos positivos, bem como as dificuldades de

cada atividade avaliada. Os resultados também são disponibilizados para os gestores da área administrativa visto que envolve questões relacionadas à infraestrutura, informática e setores de atendimento ao aluno.

- **6ª Etapa – Elaboração e Acompanhamento do Plano de Ação de Melhorias:** É o documento onde são formalizados os resultados concretos da avaliação na forma de plano de melhoria constando indicação objetiva, racional e adequada à instituição de propostas e recomendações de melhorias às fragilidades encontradas, visando subsidiar o processo decisório dos gestores (Coordenadores de Curso, Administradores, etc.) na superação de obstáculos internos ou externos. Uma vez elaborado o Plano, a CPA fará o devido acompanhamento através de entrevistas com os responsáveis de forma a validar o cumprimento ou não de cada ação.
- **7ª Etapa – Retorno à Comunidade:** É a publicidade dos resultados para os públicos interessados nos resultados do processo de autoavaliação, divulgados para buscar o comprometimento de todos os envolvidos. Esta é a etapa que garante a credibilidade ao processo, porque os que participaram diretamente da avaliação e a comunidade interna, precisam tomar conhecimento dos resultados da avaliação que atribuíram. Por isso, é necessário ser sempre divulgado os resultados, via meio eletrônico, meio impresso e reuniões à comunidade acadêmica. Quando oportuno, deve haver discussão dos resultados pelos segmentos e dirigentes para que as mudanças e correções de rumo se procedam de forma integrada e sistêmica.
- **8ª etapa – Confecção do Relatório de Autoavaliação Institucional:** Esta é a etapa final do processo de autoavaliação da instituição no ano. Este documento é revestido de fundamental importância, porque faz a integração de todas as avaliações setoriais e pontuais desenvolvidas distribuídas nas 10 dimensões do SINAES. O objetivo é perceber como a Faculdade está cumprindo sua missão e como observa os requisitos da legislação em vigor. Integram o Autoestudo, a avaliação dos objetivos e metas do PDI.

A seguir o fluxograma do processo de autoavaliação da Faculdade da FABIN, estruturado nas 8 (oito) etapas, previstas e planejadas para que seus objetivos possam ser alcançados, conforme explicitado na figura 2.

Figura 2 - Fluxograma do Processo de Autoavaliação



Fonte: elaborado pela CPA, 2025.

De forma encadeada, as oito fases compõem o processo de autoavaliação – Planejamento, sensibilização e engajamento dos participantes, execução da autoavaliação, coleta e análise dos dados, apresentação de resultados, elaboração de planos de ação, melhorias e elaboração do relatório final – e promovem o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

A avaliação institucional da IES ocorre em dois momentos e conta com diversos instrumentos com o objetivo de buscar, constantemente, a melhoria da instituição.

- 1º momento: a autoavaliação ocorre sistematicamente a cada semestre, para os cursos de graduação e pós-graduação lato *sensu*. Esta etapa conta com a participação de toda a comunidade acadêmica.
- 2º momento: esse momento perpassa todo o ano letivo e conta também com a participação das comunidades interna e externa. Entre os instrumentos utilizados, podem ser citadas entrevistas abertas e semiestruturadas, grupos

focais e análise documental. Nesse sentido, acontece a avaliação das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Será considerada, ainda, a avaliação de outros aspectos e sua consequente articulação com o PDI e os PPC's dos cursos, conforme se segue:

I. Missão e plano de desenvolvimento Institucional, por meio de análise de documentos e de relatórios de avaliação externa INEP/MEC;

II. As políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, a monitoria e demais modalidades;

III. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; pela análise dos projetos e ações de inovação social, de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial;

IV. A comunicação com a sociedade;

V. As políticas de pessoal e de carreiras dos corpos docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI. Organização e Gestão da Instituição;

VII. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação Institucional;

VIII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino, como a biblioteca, recursos de Informação e comunicação;

IX. Políticas de atendimento aos estudantes; e

X. Sustentabilidade financeira.

Assim, a avaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da IES, culminando em aperfeiçoamento e mudanças e possibilitando à sua comunidade a apreciação e a participação na gestão e na melhoria do desempenho

acadêmico. A seguir, é apresentada a proposta de autoavaliação de acordo com cada uma das dez dimensões sugeridas pela Conaes.

Tabela 1 – Proposta de autoavaliação das 10 dimensões

Dimensão	Formas de avaliação
1 Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Análise documental Entrevista com gestores responsáveis
2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Análise das políticas institucionais Entrevista com gestores responsáveis Elaboração de indicadores Criação de grupos de discussão
3 Responsabilidade Social da Instituição	Análise documental Análise das propostas sociais, artísticas e culturais Validação de acordos e parcerias
4 Comunicação com a Sociedade	Análise documental Avaliação das formas de comunicação com a sociedade
5 Políticas de Pessoal	Análise das políticas institucionais Elaboração de indicadores
6 Organização e Gestão da Instituição	Criação de indicadores para os processos de gestão e funcionamento dos setores da instituição Análise da eficácia das normas internas junto à gestão
7 Infraestrutura Física	Avaliação dos espaços físicos e recursos da IES

<p>8 Planejamento e Avaliação Institucional</p>	<p>Avaliação sistemática dos instrumentos aplicados nos processos de diagnóstico da instituição</p> <p>Acompanhamento do Programa de Avaliação Institucional proposto pela CPA</p> <p>Acompanhamento da participação no processo avaliativo</p> <p>Acompanhamento dos Planos de Ação elaborados pelos coordenadores e setores administrativos a partir dos resultados da autoavaliação</p>
<p>9 Política de Atendimento aos Discentes</p>	<p>Análise da eficiência e eficácia das políticas relacionadas ao corpo discente</p>
<p>10 Sustentabilidade Financeira</p>	<p>Criação de grupos de estudos com a participação da diretoria, coordenadores e pessoal técnico-administrativo</p>

Fonte: elaborado pela CPA, 2025.

7. SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

Todo o processo de avaliação da FABIN será previsto no calendário acadêmico destacando os períodos em que acontecerá a avaliação no primeiro e segundo semestres de cada ano. Dessa forma, alunos, professores e técnicos-administrativos têm ciência do período em que ocorrerá a avaliação.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando há uma participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização feita por meio da divulgação das melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional.

A mobilização para o engajamento dos segmentos envolvidos terá previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para a aplicação dos instrumentos. Envolverá, primeiramente, a direção e coordenação dos cursos. Como parte dessa mobilização interna, a IES terá como estratégia uma reunião com os representantes de turma, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades da mesma e as melhorias alcançadas. A comunicação reforçará como este processo facilita aos cursos e à toda a Instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. O comunicado demonstrará, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e, assim, ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, serão sensibilizados os docentes e colaboradores e, por fim, a sociedade civil. Com o objetivo aproximar e reter atenção do público-alvo, são utilizados meios formais de comunicação como, por exemplo, e-mails marketing, mídias sociais, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, e ambiente virtual de aprendizagem.

8. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

O processo de autoavaliação da Instituição é realizado na graduação, extensão e pós-graduação Lato Sensu, e oportuniza a participação de alunos ativos, sempre em um processo voluntário que garante o anonimato. Todo esse exercício é conduzido objetivando o aprimoramento da gestão acadêmica, administrativa e a qualidade do ensino.

8.1 Critérios

A construção de uma análise avaliativa consistente que permita inspirar a tomada de decisão requer por sua vez o desenvolvimento de um processo dialético para a adequada percepção do objeto avaliado. Dessa maneira deve-se definir adequadamente o objeto avaliado, levantar contradições e confluências para indicar recomendações possíveis. Para tanto, este projeto estabelece que o desenvolvimento das análises dos dados obtidos seja desenvolvido observando-se, na seguinte ordem os critérios a seguir.

- Determinar a definição do objeto da avaliação de forma clara e direta, procurando demarcar os limites e as possíveis conexões deste com outros processos e sistemas internos de trabalho, e em desenvolvimento na Instituição;
- Fundamentar o argumento avaliativo no sentido de construir uma análise crítica, porém, baseada no contraponto entre o que está efetivamente sendo executado e vivido, com o que está planejado e projetado pela instituição;
- Elaborar uma síntese com resultados alcançados no processo avaliativo, depois de tabulados, apurados e analisados os dados e informações pertinentes, para apontar alternativas de procedimentos e de decisão, métodos eficazes e estratégias com soluções plausíveis, a serem condensadas em um Plano de Ação de Melhorias desenvolvido pela CPA, por curso, visando a realização pela IES de um projeto de formação superior relevante para os estudantes e para a sociedade.

Do ponto de vista quantitativo, os critérios de avaliação serão realizados com base em escalas com notas, bem como itens de livre escolha pelo respondente, de modo a retratar o nível de satisfação com algum indicador (setor, coordenador de curso, professor, etc.). Em todos os instrumentos constará questões abertas para a livre expressão dos avaliadores, promovendo o caráter qualitativo das respostas.

8.2 Validação dos Instrumentos e tratamento estatístico dos dados

A validação dos instrumentos de autoavaliação será feita de acordo com os seguintes critérios:

- Para cada instrumento, faz-se a análise fatorial para verificar se os itens são válidos. O objetivo é agrupar variáveis que, inicialmente, acreditava-se que fizessem parte do mesmo “grupo”;
- Por meio de um teste de consistência, é possível detectar se alguma variável se comporta de forma anômala em relação às demais. Nesses casos, a variável é excluída da análise;
- Semestralmente, os dados são validados estatisticamente. Os itens inválidos são retirados da compilação de resultados, o que pode gerar novas dimensões.

O instrumento de avaliação passa pelas seguintes fases:

- Após concluído o prazo estipulado para a avaliação, iniciará o processo de validação dos dados por meio de técnicas estatísticas.
- Em seguida, haverá a limpeza da base.
- Por fim, haverá a geração de resultados por meio de tabulação em planilha de Excel que permite a análise de dados de forma rápida, a posteriori poderá ser adotado software de suporte para análise de grandes volumes de dados.

Após a validação estatística dos resultados, as informações consolidadas serão apresentadas e discutidas com a comunidade acadêmica, subsidiando os Planos de Ação Acadêmicos e Administrativos. Eles irão permitir, efetivamente, visualizar os esforços que necessitam ser trabalhados para o alcance da qualidade desejada. Nesses planos,

serão definidas ações corretivas, os prazos, as responsabilidades e os recursos necessários para as melhorias, além de se estabelecerem medidas para o acompanhamento das soluções apresentadas.

9. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

A instituição busca implementar uma proposta que auxilie na análise do mérito e da eficácia da instituição como parte integrante da sua gestão. Nesse esforço, considera olhar para si e dialogar com os demais documentos institucionais a fim de se constituírem um todo articulado, compreensível e em consonância com o compromisso social da instituição. Para que seja possível apresentar resultados concretos, será realizado um planejamento estratégico que engloba desde os procedimentos técnicos e a sensibilização da comunidade universitária, passando pelas definições metodológicas de avaliação e a produção dos instrumentos de coleta de dados, até chegar a um movimento mais propositivo, elencando as propostas de ações que traduzam a construção coletiva, tanto quanto permitam atuar sobre os problemas detectados.

O planejamento é ferramenta imprescindível, pois direciona a pensar a articulação existente entre o sistema de autoavaliação e os instrumentos de gestão, dentre os quais destacam-se o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documento que estabelece o fazer acadêmico atrelado à missão, à visão e aos valores da IES, explicitando, de forma abrangente, a concepção do mundo contemporâneo e o papel enquanto instituição de ensino superior; e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que estabelece a visão de futuro, para onde se quer caminhar na busca da interação entre o real e o desejável, delineando um horizonte de longo prazo.

Em síntese, a avaliação institucional, como ferramenta de gestão, possibilita avaliar a factibilidade das projeções do planejamento institucional com base nas ações praticadas anteriormente; executar mudanças imediatas de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade; planejar e executar as mudanças e fazer o seu acompanhamento para melhoria, visando atingir determinada situação futura desejada.

9.1 Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da autoavaliação

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da instituição e os processos pelos quais ela busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do Sinaes. Trata-se

de nortear a avaliação pelo modo como a IES traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na instituição e por que acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que realize a sua missão.

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, conforme descrito anteriormente, a instituição reconstrói a imagem que tem de si, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoavaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, definir os aspectos que podem ser melhorados. O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização e reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação ao discutirem a visão que a instituição tem de si e apresentam recomendações para seu desenvolvimento.

É claro que a instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração. Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros).

10. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PROPOSTO

O quadro a seguir apresenta a distribuição da avaliação trienal na Instituição, em atendimento às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Tabela 2 – Dimensão x Periodicidade

EIXO	DIMENSÃO	ANO 1 (2024)	ANO 2 (2025)	ANO 3 (2026)
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	D8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	x	x	x
	D1 – MISSÃO E PDI	x		x
GESTÃO DE PESSOAS, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	D5 – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PESSOAL	x	x	x
	D10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	x	x	x
	D4A – COMUNICAÇÃO INTERNA	x	x	x
GESTÃO ACADÊMICA	D6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	x	x	x
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	D2 – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	x		x
	D7 – INFRAESTRUTURA		x	x
	D9 – EGRESSO	x	x	x
RELAÇÃO COM A SOCIEDADE	D3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL	x		x
	D4B – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	x	x	x

Fonte: elaborado pela CPA, 2025.

O que se pretende é estabelecer um monitoramento mais refinado a cada ciclo avaliativo, criando uma interlocução especial com os setores de comunicação, de tecnologia e informação e de avaliação de indicadores, diretamente relacionados com as ações avaliativas aqui previstas.

Para cada item avaliado, haverá a preocupação em estabelecer correlação com as formas possíveis de aferir se ele foi realmente atingido e se as ações propostas conseguiram corrigir os rumos, seja potencializando as forças da Faculdade, seja dirimindo suas fragilidades.

Ressalta-se que este Projeto de Avaliação Institucional elencou todos os registros necessários para a consolidação de uma política institucional, entendendo que sua realização exigirá a garantia de suporte técnico-administrativo, a instalação de salas suficientemente equipadas para sua materialização e o aval e confiança da gestão, que, por sua vez, se refletirá no engajamento das pessoas em sua execução.

11. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RESULTADOS

Compreendida como processo global e integrador que orienta o PDI, a avaliação institucional tem como propósito principal desenvolver um processo que pressupõe a realização de ações transformadoras, coletivamente concebidas, privilegiando um modelo interdisciplinar e integrado, no qual a responsabilidade seja de todos os membros que fazem parte da instituição, observadas as metas prioritárias a serem perseguidas, conforme sua visão, sua missão e as diretrizes institucionais.

A partir dos resultados da avaliação, ações acadêmicas e administrativas são planejadas como elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional, com o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento de soluções.

O plano de ação de cada curso será construído pela coordenação, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e eles se responsabilizam pela implantação e acompanhamento das ações propostas.

No mesmo sentido o plano de ação administrativo é planejado e construído pelos líderes dos setores administrativos da instituição, juntamente com a gestão do campus.

11.1 Plano de Ação (PA) após os resultados da avaliação institucional

A avaliação pode se apresentar como busca permanente de formação e consolidação dos propósitos maiores das instituições. Esse processo se mostra mais necessário, tanto para atender à atual legislação, quanto para iniciar um processo de conhecimento interno que poderá gerar ações de mudança, no que for indicado como carente e deficiente, e ações de reforço, no que for considerado como adequado e bom para a instituição a partir de sua missão e de seus propósitos educacionais e sociais.

Desse modo, o programa de avaliação se caracteriza como agente indutor de transformações pedagógico-didáticas e técnico-administrativas, fornecendo subsídios para o planejamento estratégico da Instituição, para os planos acadêmicos e para a administração institucional.

Como as avaliações são procedimentos densos e rotineiros, é importante ressaltar que todos os seus resultados serão apresentados na forma de relatório, que será fruto da observação dos resultados gerados e processados (tabulados) a partir da aplicação dos instrumentos de avaliação e deverá produzir um plano de ação.

Do plano de ação gerado, serão avaliadas as falhas, bem como as virtudes. A Faculdade terá em mente a correção das primeiras e o aprimoramento das segundas. Para isso, a Faculdade, em sua cultura de avaliação, pretende envolver pessoas representativas das comunidades interna e externa da instituição para ter sempre um ponto de comunicação entre o que se faz, o que se quer e o que a sociedade deseja da instituição.

11.2. Elaboração do Relatório de Autoavaliação

O Relatório de Autoavaliação apresentará os resultados das avaliações realizadas no período específico, registrando os objetivos propostos e as análises dos resultados alcançados, sendo elaborado com base na descrição, análise e avaliação das dez dimensões previstas no SINAES.

O propósito do relatório é será subsidiar os gestores, mantenedora e a comunidade acadêmica para a tomada de ações e definições de propostas para a

atualização constante do conhecimento e das dinâmicas pedagógicas envolvidas na formação dos futuros profissionais a serem formados por esta IES, sempre buscando a melhoria da qualidade de ensino.

Serão promovidas, juntamente com a Direção da Faculdade, reuniões e discussões, sugerindo a utilização dos resultados da avaliação interna como importante subsídio para a tomada de decisões, de correções de rumos e de investimentos acadêmicos e administrativos.

O relatório do processo de autoavaliação trará textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações e são disponibilizados à Direção da Faculdade e da Mantenedora, aos membros da Comunidade Acadêmica e à Sociedade através de postagem pública no site da IES, bem como ao INEP/MEC por meio de inserção no Sistema e-MEC.

Os resultados gerados pelo processo de autoavaliação e disponibilizados à comunidade terão como finalidade priorizar ações de curto, médio e longo prazo, permitindo planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas que expressem o foco da Instituição para o futuro. Neste caso, os relatórios das avaliações são importantes fontes de informações para reconstrução do PDI e outros projetos institucionais.

Também merece destaque a avaliação externa, e seus diferentes prismas de análise:

Conceito Institucional - CI, por meio da avaliação institucional;

Índice Geral de Cursos - IGC;

Conceito de Curso - CC, por meio da avaliação do curso;

Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante – ENADE;

Conceito Preliminar do Curso - CPC.

O assessoramento das Melhorias será realizado semestralmente por toda a comunidade acadêmica, oportunizando a avaliação de todos em relação aos resultados

e a conseqüente criação de referenciais para a avaliação subsequente, concluindo o ciclo avaliativo.

12. CONCLUSÃO

A avaliação institucional como processo sistemático, é uma maneira de estimular o aprimoramento da realização de uma atividade educacional e evitar que a rotina descaracterize objetivos e finalidades desta mesma atividade. Nenhum valor tem a avaliação mecanicista, centrada nos resultados e que trata estatisticamente importantes questões no funcionamento de uma IES, sem indicar nenhuma reflexão que as vinculem aos significados mais amplos dos processos educacionais (FUNADESP/AMBES 2003).

Neste prisma instala-se este Projeto de Autoavaliação Institucional da FABIN, fundamentado em princípios e objetivos, repensado neste momento para dar maior amplitude ao processo e comprometer os órgãos cursos e setores, desafiando-os a realizar autoavaliação, integrada às diretrizes estabelecidas neste projeto. Assim, se fortalece a cultura de avaliação da Faculdade podendo se adequar a legislação que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Efetivamente este projeto está alinhado ao propósito essencial da Faculdade de produzir conhecimentos. Neste caso, autoconhecimento sobre os níveis de excelência, as potencialidades e limitações da gestão da Instituição, em todos os níveis e dimensões, para impulsionar as mudanças de maneira sustentável e socialmente responsável.

O referido Projeto poderá sofrer revisões e atualizações que se fizerem necessárias. É a oportunidade criada para rever instrumentos, bem como ajustar etapas do processo de modo a garantir a melhor adequação deste ao cotidiano acadêmico e administrativo da Instituição. A base para promover a revisão de etapas do processo e de instrumentos são os resultados obtidos, quanto à eficácia como fomento à tomada de decisões. Esta é uma etapa que deve envolver a participação dos gestores juntamente com a CPA avaliar detalhadamente a aplicação deste projeto na prática.

Portanto, com este Projeto a Faculdade Brasileira de Inovação assume o compromisso de tornar a autoavaliação institucional um instrumento de relevante importância para a gestão, no sentido de buscar.

ANEXO – TEMPLATES PARA DESCRIÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ADMINISTRATIVO E ACADÊMICO

PLANO DE AÇÃO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO RESULTADO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE XXXX-X

Instituição: (Nome da IES)

Responsável: (Nome completo de quem elaborou)

Local e Data: (Cidade - Dia /mês /ano)

1. Objetivo:

A liderança do campus apresenta seu plano de gestão com as descrições das ações a serem desenvolvidas, com o objetivo de atingir uma atuação mais assertiva e eficiente no semestre em vigor, em relação a comunidade acadêmica da instituição.

2. Planejamento das ações:

Pontos Críticos? (Relatar todos os assuntos que precisam ser tratados, observados os aspectos qualitativos e quantitativos da Avaliação)	O que? (Descrição da ação a ser executada)	Como? (Descrição de como a ação será executada)	Quem? (Equipe envolvida)	Quando? (Limite para conclusão da ação)

3. Análise de oportunidades de melhoria:

A liderança do campus **XXXXXX** apresenta como sugestão de melhorias:

(Listar aspectos estruturais do curso que demandam de alguma reforma ou de investimentos, ou qualquer aspecto que dependa de deliberação superior, não relacionada no item acima, podendo incluir fotos destes itens)

4. Retroalimentação:

Descrever se as ações realizadas alcançaram o resultado esperado.

(Houve mudança do processo ou aumento da satisfação das partes interessadas? Houve melhora nos indicadores? Houve redução de desperdício ou aumento de produtividade, entre outros? Houve alteração no sistema de gestão da qualidade, revisão de documentos, alteração no processo, revisão de indicadores?)

**PLANO DE AÇÃO ACADÊMICO REFERENTE AO RESULTADO DA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE XXXX-X**

Instituição: (Nome da IES)

Responsável: (Nome completo de quem elaborou)

Local e Data: (Cidade - Dia /mês /ano)

1. Objetivo:

A coordenação acadêmica do curso de **XXXXXX** apresenta seu plano de gestão com as descrições das ações a serem desenvolvidas, com o objetivo de atingir uma atuação mais assertiva e eficiente no semestre em vigor, em relação a comunidade acadêmica da instituição. Este plano contempla ações que demandam direcionamento e reflexão, portanto, foi proposto à direção para a análise e identificação de previsão orçamentária, em caso de necessidade.

2. Resultados do Curso:

Incluir os Resultados do Curso na Avaliação Institucional de XXXX-X

3. Planejamento das ações:

Pontos Críticos? (Relatar todos os assuntos que precisam ser tratados, observados os aspectos qualitativos e quantitativos da Avaliação)	O que? (Descrição da ação a ser executada)	Como? (Descrição de como a ação será executada)	Quem? (Equipe envolvida)	Quando? (Limite para conclusão da ação)

4. Análise de oportunidades de melhoria:

A coordenação acadêmica do curso de **XXXXXX** apresenta como sugestão de melhorias:

(Listar aspectos estruturais do curso que demandam de alguma reforma ou de investimentos, ou qualquer aspecto que dependa de deliberação superior, não relacionada no item acima, podendo incluir fotos destes itens)

5. Retroalimentação:

Descrever se as ações realizadas alcançaram o resultado esperado.

(Houve mudança do processo ou aumento da satisfação das partes interessadas? Houve melhora nos indicadores? Houve redução de desperdício ou aumento de produtividade, entre outros? Houve alteração no sistema de gestão da qualidade, revisão de documentos, alteração no processo, revisão de indicadores?)

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições. Brasília: INEP/SINAES, 2004.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Senado Federal Centro Gráfico, Brasília, 1988 CONAES. Orientações gerais para autoavaliação das instituições. INEP Brasília/2004 FUNADESP Programa de Desenvolvimento da Avaliação: Brasília/DF, 2003

Lei nº 9.394 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 20/12/1996

Lei nº 10.861 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, 14/04/2004

Portaria Ministerial nº 2.051 Regulamenta o SINAES, 9/07/2004